



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.068/2011**

Altera a Lei Municipal 2.492/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamentos de controle ambiental e dá outras providências.

#### **Exposição de Motivos**

##### **Senhores Vereadores e Vereadora,**

A alteração da Lei nº. 2.492/00, tem por objetivo sua adequação aos dispositivos legais ora vigentes, disciplinando também o trâmite correto para a concessão da autorização de funcionamento, além de melhor atender as necessidades do órgão fiscalizador.

A proposta possui respaldo na resolução CONAMA 273 de 29/11/2000, que dispõe:

(...)

Art. 7º Caberá ao Órgão Ambiental Licenciador, exercer as atividades de fiscalização dos empreendimentos de acordo com sua competência estabelecida na legislação em vigor.

Assim, contamos com o apoio dos nobres edis para a aprovação deste Projeto de Lei.

Ponte Nova, 19 de setembro de 2011.

**João Antônio Vidal de Carvalho**

**Prefeito Municipal**

**Marcelo Alves de Magalhães**

**Secretário Municipal de Meio Ambiente**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.068/2011**

Altera a Lei Municipal 2.492/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamentos de controle ambiental e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os postos de serviço e venda de combustíveis, as oficinas mecânicas e os lava-jatos, além de outras empresas que manipulam óleos e graxas, existentes no município ficam obrigados a construir em suas instalações caixa retentoras de sólidos, óleos e graxas, objetivando a separação e retenção de resíduos poluentes provenientes de suas atividades.

Parágrafo único: O projeto técnico das caixas mencionadas no caput deste artigo deverá ser apresentado pela empresa junto com a respectiva ART/anotação de Responsabilidade Técnica.

Art. 2º A empresa deverá contratar firma com licença ambiental para recolhimento e destinação final dos resíduos gerados nas caixas retentoras.

Art. 3º A autorização final de funcionamento da empresa sem prejuízo dos demais dispositivos legais pertinentes e a fiscalização do cumprimento desta lei será de responsabilidade da Secretária Municipal de Meio Ambiente.

Art. 4º As infrações a esta lei ficam sujeitas à multa de 100,00 UFPN, aumentada em 30% (trinta por cento) nas reincidências e recolhidas ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único: As empresa citada no art. 1º têm um prazo de 30 dias contatos da publicação desta lei para a instalação de equipamentos.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova, 19 de setembro de 2011.

**João Antonio Vidal de Carvalho**  
**Prefeito Municipal**

**Marcelo Alves de Magalhães**  
**Secretario Municipal de Meio Ambiente**